



Universidade de Brasília

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

**GRAMÁTICA E ENSINO DA LÍNGUA – CONSIDERAÇÕES SOBRE A
TRADIÇÃO GRAMATICAL E SOBRE A TEORIA DE BASE GERATIVISTA**

BRASÍLIA

2021

GIULIA CLÁUDIA FARIAS DO VALE

GRAMÁTICA E ENSINO DA LÍNGUA – CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRADIÇÃO GRAMATICAL E SOBRE A TEORIA DE BASE GERATIVISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau em licenciatura plena no curso de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora doutora Lurdes Teresa Lopes Jorge.

BRASÍLIA

2021

RESUMO

Os estudos linguísticos têm avançado a cada dia que passa no que se refere à educação e principalmente à formação de professores, tendo em vista que o ensino de gramática muitas vezes ainda acontece com base na perspectiva tradicional da língua. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as características do gerativismo como opção de compreensão de gramática, língua e linguagem, no ensino de língua portuguesa. O objetivo geral deste estudo é observar o funcionamento da gramática gerativa como influência para o ensino da língua portuguesa, e os objetivos específicos se resumem em: analisar o método gerativista como forma de mediar o ensino de língua portuguesa, entender o método gerativista e, por fim, contribuir para o ensino de língua portuguesa na perspectiva gerativista. Além disso, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: De que forma o ensino gerativista contribui para uma nova perspectiva a respeito do ensino de língua portuguesa? O estudo visa 'contribuir' para que questionamentos sobre as práticas de ensino com base na perspectiva teórica gerativista possam ser adotados por professores de língua portuguesa em sala de aula.

Palavras-chave: Tradição Gramatical. Teoria Gerativa. Ensino de Língua

ABSTRACT

Linguistic studies have advanced with each passing day with regard to education and especially teacher training, considering that the teaching of grammar often still takes place based on the traditional perspective of the language. Thus, the present work aims to present the characteristics of generativeism as an option for understanding grammar, language and language in Portuguese language teaching. The general objective of this study is to observe the functioning of generative grammar as an influence on the teaching of the Portuguese language, and the specific objectives are summarized as: analyzing the generative method as a way to mediate the teaching of Portuguese language, understanding the generative method and, by and finally, to contribute to the teaching of Portuguese language from a generative perspective. Furthermore, this research aims to answer the following question: How does generative teaching contribute to a new perspective on Portuguese language teaching? The study aims to 'contribute' so that questions about teaching practices based on the generative theoretical perspective can be adopted by Portuguese language teachers in the classroom.

Keywords: Grammatical Tradition. Generative Theory. language teaching

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO CONTEMPORÂNEO – CONSIDERAÇÕES SOBRE GRAMÁTICA, LÍNGUA E LINGUAGEM.....	8
2.1 O ensino de Língua Portuguesa no território brasileiro.....	10
3. O ENSINO DE GRAMÁTICA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	14
3.1 Tipos de Gramática.....	15
3.1.2 Gramática descritiva.....	17
3.2 As perspectivas do sistema educacional diante do ensino de língua portuguesa.....	20
4. A TEORIA GERATIVA E SUAS CONCEPÇÕES.....	21
4.1 A teoria chomskiana e a gramática Universal.....	25
5. A GRAMÁTICA GERATIVA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	26
5.1 Breve definição sobre a epistemologia gerativa.....	29
5.2 Entendendo a sintaxe, semântica e fonologia na gramática gerativa.....	30
5.3 A gramática gerativa na sala de aula.....	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como proposta compreender o ensino da língua portuguesa fundamentado sob a óptica do gerativismo do teórico e linguista Avram Noam Chomsky, principalmente no que se refere ao ensino de gramática. Diante do ensino da gramática em sala de aula, qual é o papel do professor de língua portuguesa?

O ensino da gramática no Brasil, mesmo com os avanços dos estudos linguísticos, tende a ser algo engessado e pautado sob o ponto de vista da tradição gramatical; com isso, este estudo pretende, além de descrever as características da proposta gerativista, mostrar como ela pode influenciar na prática pedagógica do professor que se encontra em sala de aula e pretende se ver livre da forma tradicionalista de ensinar.

Visto isso, a presente pesquisa tem como tema as contribuições da teoria de base gerativista no ensino de língua portuguesa em sala de aula, pois demonstrará como a perspectiva gerativista influencia na realidade do ensino do português no Brasil. De acordo com a proposta do gerativismo (CHOMSKY, 1976, 1996 etc) cada indivíduo já nasce predisposto a desenvolver a linguagem em qualquer idioma, basta somente estar inserido em sua comunidade linguística.

Diante desses aspectos relacionados a conceitos de gramática e língua e suas implicações referentes ao ensino de língua na escola, a pesquisa tem como objetivo geral observar o funcionamento da gramática de enfoque gerativista como influência para o ensino da língua portuguesa, e os objetivos específicos se resumem em: analisar o método gerativista como forma de mediar o ensino de língua portuguesa, entender o método gerativista e, por fim, contribuir para o ensino de língua portuguesa na perspectiva gerativa.

Além disso, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: de que forma o ensino gerativista contribui para uma nova perspectiva a respeito do ensino de língua portuguesa? (Apresentar a resposta na conclusão)

De forma geral, o presente estudo apresenta as contribuições da gramática gerativa para o complemento do idioma português com base na gramática internalizada do aluno, uma vez que o conhecimento ou saber linguístico do aluno deve ser compreendido e valorizado, bem como o ensino deve levar à reflexão, e não à memorização.

2. A LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO CONTEMPORÂNEO – CONSIDERAÇÕES SOBRE GRAMÁTICA, LÍNGUA E LINGUAGEM

O ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade tem sido palco de grandes discussões, principalmente no que tange ao ensino da língua materna, sob a perspectiva tradicionalista, bem como a forma em que o ensino e o uso da gramática têm acontecido nas escolas. Mas, apesar desses aspectos, o ensino da língua materna se mostra cada vez mais dinâmico, criativo e menos tradicional, no que se refere ao ensino meramente normativo. No Brasil, vive-se uma época em que a educação é orientada por currículos que estão em constante mudança em prol de um ensino mais democrático e participativo, em que o educando faça parte do processo de ensino-aprendizagem (CUNHA, 2011).

No que tange ao ensino de língua portuguesa, alguns documentos podem ser citados como referências para o ensino da língua e da linguagem, como: a Lei de diretrizes e Bases (LDB), que, com seu vasto e abrangente conteúdo, amplia e especifica o acesso à educação já antes garantido pela Constituição Federal; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que norteiam a prática pedagógica; o Currículo em Movimento, que busca melhorar a qualidade da educação básica em todas as etapas, a Base Nacional Comum Curricular, que se preocupa em descrever as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelo aluno na educação básica, entre outras diretrizes que prezam pelo ensino da língua de forma rica, organizada.

Com base no que orientam as diretrizes educacionais, bem como no que é defendido por Jean Piaget (1974), o professor deve agir como o mediador do conhecimento para o seu aluno e não como o detentor do conhecimento que apenas transfere informações. Assim, o docente tem a oportunidade de se tornar protagonista do seu processo de ensino aprendizagem (CUNHA, 2011).

Interessante citar considerações como as que se seguem:

tornando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, às atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os

múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (BRASIL, PCN's, 1998, p.27)

Assim, ratifica-se que, com a análise e a reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos nas atividades discursivas, o ensino da língua portuguesa tende a ser diversificado, com o apoio de gêneros e textos que se complementam entre si, o que irá proporcionar uma aprendizagem mais crítica e reflexiva e não somente reprodutiva (NEVES, 2005). Dessa forma, o aluno terá voz e oportunidade de conhecer e reconhecer a sua linguagem oral, escrita e visual, além de se inserir na formação curricular, na educação e no seu papel como cidadão. Nesse aspecto, cabe citar a importância da reflexão do docente/professor nesse processo.

Bons professores, como a aranha, sabem que as lições, essas teias de palavras, não podem ser tecidas no vazio. Elas precisam de fundamentos. Os fios, por finos e leves que sejam, têm de estar amarrados a coisas sólidas: árvores, paredes, caibros. Se as amarras são cortadas, a teia é soprada pelo vento, e a aranha perde a casa. Professores sabem que isso vale também para as palavras: separadas das coisas, elas perdem seu sentido. Como acontece com a teia de aranha, se suas amarras às coisas sólidas são cortadas, elas se tornam sons vazios: *nonsense*. (ANTUNES, 2004, p. 43)

A transição do ensino da língua a partir do viés normativo, prescritivo e valorativo da gramática tradicional para uma perspectiva voltada para o estudo da língua a partir da recepção e produção provoca discussões importantíssimas acerca da necessidade de um ensino de língua portuguesa mais reflexivo e discursivo.

Apesar dos ganhos, da evolução e de toda tentativa de melhoria para o ensino da língua, muitos professores tendem a valorizar o ensino normativo, que se baseia unicamente no estudo das regras gramaticais (NEVES, 2005).

Ao se falar em gramática, vale lembrar que não se trata apenas de sua materialização, mas de sua influência na vida dos aprendizes. Diante disso, é importante conhecer os conceitos de gramática - dos quais se falará na seção 2.3 - , que influenciam o ensino da língua materna.

É notória a relutância de alguns professores, ao ignorarem a evolução da língua materna, quando defendem que o ensino deva se voltar para a gramática normativa e para “o português correto” (NEVES, 2005). As teorias

linguísticas, no entanto, apresentam grande impacto no ensino da língua portuguesa, na prática, pois, apesar de parecer óbvia a ideia de que a língua se modifica diante dos fatores sociais em que o indivíduo se encontra inserido, o ensino da língua ainda encontra brechas para a disseminação do estudo tradicionalista. (NEVES, op.cit.).

2.1 O ensino de Língua Portuguesa no território brasileiro

A discussão acerca do que e como estudar em língua pode parecer óbvia aos olhos dos sujeitos em forma geral, no entanto, os estudiosos da língua bem sabem que a formulação do conhecimento e do conteúdo da disciplina praticamente começou a se forjar em meados do século XIX, mas perduram até os dias de hoje (SOARES, 2004).

Desse modo:

Pensar o processo de implantação da língua portuguesa no Brasil, bem como a fixação do idioma, enquanto língua nacional, é realizar uma análise sob o viés da história e da linguística, com vistas a contemplar o panorama de implantação da língua portuguesa, tendo em vista que o território “descoberto” pelos europeus já era habitado por falantes indígenas de diferentes etnias e contavam com cerca de mil línguas (NASCIMENTO, MACHADO, 2019, p. 1).

É sabido também que, no período colonial, a classe privilegiada da população brasileira aprendia a ler e a escrever com os jesuítas (SOARES, 2004) porém esse método de instrução não se baseava em nenhum componente curricular e, por isso, tratava-se apenas de um o processo de alfabetização sem ao menos o português se considerado como língua dominante. O aluno que se alfabetizasse a partir dos métodos jesuíticos era imediatamente avançado para o estudo da gramática em latim (SOARES, op. cit.).

Acerca da educação ministrada pelos jesuítas no período colonial, importante destacar:

Na primeira fase colonial, a educação ministrada pelos jesuítas não só marcou o início da história da educação no Brasil, mas também foi a mais importante obra realizada no que diz respeito às consequências para a nossa cultura. Durante 210 anos foram os jesuítas os educadores do Brasil. Desde que eles chegaram, sistematizaram uma organização educacional, fundando as suas

residências e os seus centros de ações para a conquista e o domínio das almas “perdidas” – instrumento de domínio espiritual e propagação da cultura europeia (OLINDA, 2004, p. 156).

Ao se falar sobre o português como língua e objeto de estudo, vale ressaltar, ainda, que, no período colonial, ocorreram várias tentativas de programas de estudo, como é o caso da primeira gramática do português, escrita em 1536, que não se compunha de sistematização suficiente para que ela se tornasse uma disciplina curricular (SOARES, 2004).

A ideia de sistematização do português passou por inúmeras tentativas de oficialização da língua, entre as quais se aponta, em 1746, a do filósofo iluminista Luís António Verney que sugeriu que o ensino de Latim fosse iniciado após o ensino de português (SOARES, 2004) e que o processo de alfabetização fosse seguido do ensino da gramática portuguesa.

Após o surgimento da proposta do iluminista Luís António Verney, o Marquês de Pombal apresenta, em 1750, reformas educacionais, propondo a transformação do português na língua falada em toda a metrópole e no além-mar como obrigatória. Além disso, em 1759, o *Alvará Régio*¹ extinguiu todas as escolas jesuíticas de Portugal por toda a colônia (SOARES, 2004).

Até o século XVIII, a linguagem, enquanto elemento simbólico constitutivo de qualquer comunidade linguística era um elemento de diferenciação da colônia brasileira relativamente à metrópole portuguesa. Porém, devido à cultura de seu próprio tempo, os colonizadores portugueses não compreendiam dessa forma. Sem dúvida, a língua portuguesa era a língua da elite administrativa, das autoridades jurídicas e eclesiásticas, dos donatários das capitanias hereditárias e, nessa medida, compartilhada com a corte. Cabe salientar ainda que, assim como a língua portuguesa originou-se do latim-vulgar falado pelo povo e, de uma mistura de línguas que se fundem no longo processo de colonização de regiões que, gradativamente, vem sofrendo modificações justificadas pelos processos migratórios de diferentes países e também pela evolução cognitiva dos falantes, levando em consideração que a língua é viva e, está em constante transformação, que são definidas pelos grupos de falantes (NASCIMENTO, MACHADO, 2019, p. 1).

¹ **Alvará régio**, de 28 de junho de **1759** extingue as escolas jesuíticas, estabelecendo um novo método de ensino. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/137-aulas-regias>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

Entende-se que, no período colonial, o estudo da gramática portuguesa foi introduzido apenas como forma de apoio à compreensão do latim (SOARES, 2005). Uma vez que as aulas foram mantidas, bem como a retórica, ambas funcionavam como base ao ensino ofertado pelas escolas jesuíticas (op. cit.) O português era visto como língua vulgar, enquanto que o latim era o padrão culto a ser seguido (op. cit.).

Aponta-se, na literatura sobre o tema, com o decreto de Pombal², que o português se tornou corrente e praticado pelos habitantes do Brasil, principalmente nas cidades litorâneas como Rio, Salvador, Recife e, também, em Minas. A língua foi rapidamente disseminada para os Sertões do território brasileiro (SOARES, 2004).

Sobre o processo de colonização, destaca-se:

[...] deu-se a parti da catequização, o ensinamento da língua portuguesa e a aprendizagem das línguas nativas por parte dos religiosos que estavam à frente das missões, o que não foi fácil, os relatos indicam que no Brasil existiam cerca de 340 línguas indígenas, estruturadas e classificadas em famílias, que possuíam um tronco linguístico devido as afinidades genéticas, e também algumas que não se classificaram dentro dessa estrutura devido não possuírem nenhum cognitivo de ligação em relação às outras, não possuindo assim nenhuma família a se anexar a um tronco linguístico. Daí, a implantação da língua portuguesa, já ganha, em relação a divisão das raças e classes, diferentes manifestações. Tal separação, e as constantes presenças de imigrantes nas diferentes regiões do país, proporcionaram os diferentes sotaques e dialetos que caracterizam os povos de cada uma delas e torna a língua oficial do Brasil, multifacetada (NASCIMENTO, MACHADO, 2019, p. 1).

Ainda conforme a literatura sobre o tema, sabe-se que todo esse processo de implantação da língua portuguesa no Brasil mostra que a língua do colonizador se tornou a língua oficial brasileira falada pela elite, enquanto a língua portuguesa originou-se do latim vulgar, que era falado pelo povo. (SOARES, 2004).

² Em 1758, o Marquês de **Pombal** proibiu o ensino e o uso do tupi e instituiu o **português** como única **língua** do Brasil com a finalidade de enfraquecer o poder da Igreja Católica sobre a colônia. Acesso em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57:a-proibicao-do-tupi-e-o-fortalecimento-da-lingua-portuguesa&Itemid=2#:~:text=Proibiu%20o%20ensino%20do%20tupi,a%20%C3%BAnica%20%C3%ADngua%20do%20Brasil.&text=Em%201758%2C%20o%20Marqu%C3%AAs%20de,Igreja%20Cat%C3%B3lica%20sobre%20a%20col%C3%B4nia.> Acesso em 10 de setembro de 2021.

Com isso, é válido apontar que, segundo Soares (2004), a evolução da língua é um misto de historiografia e linguística que se molda diacronicamente, ou seja, a estrutura da língua se faz em constante mudança de acordo com a cultura e variantes.

Agora, apresentados alguns aspectos relativos ao processo de implantação e evolução da língua portuguesa em território nacional, desde o período da colonização, é necessário compreender como se dá o processo de ensino da língua portuguesa como instrumento sistematizado e oficialmente declarado como língua oficial brasileira.

Atualmente, muito se discute em relação às formas em que deve ocorrer o processo de ensino da língua e, dentro dessa perspectiva, cabe mencionar o aspecto chave do problema em se ensinar a língua portuguesa: a gramática (NASCIMENTO, MACHADO, 2019).

3. O ENSINO DA GRAMÁTICA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino da língua portuguesa é comumente associado ao ensino padronizado da gramática. A gramática, em uma de suas acepções ligadas à tradição gramatical, pode ser definida como o conjunto de regras que fundamenta o ensino padrão da língua portuguesa. No processo de ensino-aprendizagem, no entanto, as denominadas ‘regras da gramática’ são, muitas vezes, utilizadas como única forma legítima da língua, no ensino do português, desvalorizando as variantes da língua e enaltecendo a norma culta como exclusivamente correta (SOARES, 2004).

É o que se observa nas considerações de Possenti (1996), a seguir:

Há dois sentidos em que se pode falar de regras: um deles traz consigo a ideia de obrigação, aproximando-se da noção de lei em sentido jurídico: a regra é algo a que se obedece, sob pena de alguma sanção. É nesse sentido que se fala das regras de etiqueta e do ‘bom comportamento’. [...] O outro sentido de regra traz consigo a ideia de regularidade e constância, aproximando-se de lei no sentido de ‘leis da natureza’. Por exemplo, a lei da gravidade sistematiza uma parte de nossas observações sobre os objetos que nos cercam.[...] As regras de uma gramática normativa se assemelham às regras de etiqueta, expressando uma obrigação e uma avaliação do certo e do errado. [...] As regras de uma gramática descritiva se assemelham às leis da natureza, na medida em que organizam observações sobre fatos, sem qualquer conotação valorativa. Um botânico não critica plantas por apresentarem tais e tais características – descreve-as, classifica-as. [...] Pode-se falar em regras também em relação à gramática internalizada [...] que expressam aspectos dos conhecimentos lingüísticos dos falantes que têm propriedades sistemáticas (POSSENTI, 1996, p.73-74).

Os linguistas têm buscado entender a gramática como instrumento de apoio ao ensino da língua, porém de forma que esta esteja associada ao ensino menos tradicional. Para compreender a discussão do ensino de língua portuguesa tendo como foco a gramática, vale descrever os diferentes tipos de gramática.

3.1 Tipos de Gramática

Não se pode negar que o ensino da gramática está no centro de uma discussão de grande relevância no que se refere ao ensino da língua, visto que a dualidade entre as abordagens do ensino da gramática tradicional e do ensino da gramática funcional/formal da gramática ainda gera polêmica entre os educadores e linguistas. Diante disso, é fundamental conhecer a essência de cada tipo de gramática que se adota no ensino da língua.

Existem a gramática normativa, a gramática descritiva, a gramática histórica e a gramática comparativa, mas também existe o que se chama de gramática gerativa, que norteará o desenvolvimento deste estudo e será abordada na seção 4.

Mas, para entender a gramática gerativa e a sua influência sobre o ensino da língua, cabe descrever e mencionar as características das demais, que também fundamentam as formas de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Neste trabalho, convém abordar apenas a gramática normativa, descritiva e gerativa.

3.1.1 Gramática Normativa

Pode-se apontar que a gramática normativa consiste no modelo de gramática enraizado no método de ensino de grande parte dos professores de língua portuguesa que consideram importante ensinar a gramática nos moldes do tradicional ensino da língua padrão, desconsiderando as demais variantes da língua, conforme se observa nas considerações de Travaglia, 2009, entre outros:

A gramática normativa é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. É um conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. (TRAVAGLIA, 2009, p.2)

A gramática normativa prevê a correta utilização da língua, ditando e como utilizar “corretamente” o idioma. O autor afirma ainda que o modelo de gramática normativa ensinado em sala de aula pouco ou nada influencia na

vida do estudante, pois não se relaciona com a realidade em que a comunidade escolar se encontra inserida. “Não há um bom ensino sem o conhecimento profundo do objeto de ensino e dos elementos que dão forma ao que realizamos em sala de aula” (TRAVAGLIA, 2009, p.10).

A escola pode ser apontada, entre outros aspectos, como a instituição de socialização do sujeito, e nela a escrita e a leitura são considerados elementos essenciais para o desenvolvimento da comunicação no processo de interação e socialização. Nesse sentido, os linguistas mais preocupados com o ensino contextualizado da língua defendem a necessidade de alguma “gramática” a ser ensinada, porém com a função de enriquecer o conhecimento da língua natural materna, como forma de “regular a fala e a escrita dos alunos aos padrões de uso” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 81) e não como regra pronta e acabada.

O exposto até aqui vai ao encontro do pensamento de Possenti (2009), quando este afirma que saber gramática não significa necessariamente decorar as regras gramaticais que se aprende na escola, ou fazer análises morfológicas e sintáticas impecavelmente, mas conhecer (intuitivamente ou inconscientemente) a língua de forma que se possa falar e compreender o que está sendo dito e escrito.

3.1.2 Gramática descritiva

Em relação à definição e aos objetivos da gramática, estudos sobre a temática apontam que, no decorrer do tempo, muitas foram as transformações sofridas. Os estudos na área da linguística se ampliaram significativamente e, além da gramática normativa mencionada na seção anterior, podem ser apontados outros tipos de gramática, especialmente no que se refere a aspectos como a divisão em partes ou capítulos ou temas; a definição ou conceito, por exemplo, ou seja, cada gramática apresenta funções específicas no que se refere ao ensino de língua, como se observa em Perini (1996). Sobre esses aspectos também pode-se apontar as considerações apresentadas por Travaglia (2013):

Gramática descritiva – que descreve e registra numa abordagem sincrônica os tipos de construção possíveis e suas respectivas funções, bem como os modos e condições de uso dos mesmos. Gramática internalizada - o conjunto de regras dominadas pelos falantes e que lhes permite a utilização da língua de modo mais consciente. Gramática implícita – “competência linguística internalizada do falante” em seus diferentes níveis, de modo inconsciente, de uso automático, em situações diversas de interação. Gramática explícita – estudos metalingüísticos que objetivam explicitar a “estrutura, a constituição e funcionamento” da língua. Gramática reflexiva – “Refere-se mais ao processo do que aos resultados”; isto é, a “observação e a reflexão” no intuito de destacar a constituição e o funcionamento da língua (TRAVAGLIA, 2003, p. 32-33).

A distinção na elaboração e aplicação da gramática no ensino de língua portuguesa se dá pelo fato de terem sido desenvolvidas por linguistas e gramáticos que tratam a língua de maneira diferente.

Por exemplo, a gramática descritiva, surgiu com o advento do estudo da linguística em meados da década de 60, a partir da insatisfação e questionamentos sobre o ensino da língua, tendo como base a gramática normativa. Com isso, especialistas da área desenvolveram uma gramática com mais rigor científico: a gramática descritiva (PERINI, 1996).

A gramática descritiva não é uma gramática escolar para alunos do ensino fundamental e médio, mas um material desenvolvido para professores e futuros professores do ensino fundamental e médio, pois funciona como reformulação do ensino da gramática (PERINI, 1996).

A gramática descritiva preocupa-se em registrar e descrever o sistema linguístico e não está preocupada em ditar o que é certo ou errado, mas analisa a língua em sua função.

3.2 As perspectivas do sistema educacional diante do ensino de língua portuguesa

Observando a descrição e as funcionalidades das diferentes concepções de gramáticas que fomentam o desenvolvimento e o ensino da língua portuguesa, é possível discutir acerca do que se espera do ensino da língua nos dias atuais.

Como visto anteriormente, no que se refere ao sistema de ensino brasileiro, em especial, a gramática é ensinada, desde a época jesuítica, em que aqueles que a dominavam a ensinavam como algo pronto e acabado, sem perspectivas de mudança.

Os estudos metodológicos e linguísticos apontam, atualmente, que os profissionais da língua, principalmente aqueles que estão em sala de aula, devem pesquisar alternativas de ensino que demonstrem a funcionalidade da língua, para que a gramática tradicional deixe de:

[...] ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais (BAGNO, 1999, p.149).

Os profissionais da Língua Portuguesa devem aprimorar seus conhecimentos sobre o ensino da língua portuguesa, constantemente, pois assim poderão inteirar-se das ciências linguísticas, para que, assim, possam posicionar-se mais efetivamente no que tange ao processo de ensinar o idioma de maneira eficaz e funcional (BAGNO, 1999).

Apesar de essa proposta de ensino basear-se na metodologia de ensino funcional, em que se defende que a língua sofre constante mudança em virtude de fatores culturais, sociais, o ensino ainda acontece fundamentado na gramática tradicional. Na perspectiva tradicionalista, saber o português se resume em dominar a gramática, o conjunto de regras da língua portuguesa (BAGNO, 1999).

Quando se questiona a função da instituição escolar no que diz respeito ao ensino da língua, comumente adota-se a ideia de que essa instituição seja responsável pela leitura e pela escrita, mas, no desenvolvimento de atividades ligadas à leitura e à escrita, para citar um exemplo, pode-se apontar que os profissionais de educação têm usado a gramática de maneira equivocada (BAGNO, 1999).

A gramática tem sido usada como parâmetro central no que se refere ao processo de ensino/aprendizagem, pois entende-se que, para a criança aprender a ler e a escrever, ela deve dominar a gramática da língua (Op.cit., 1999).

Neste trabalho, segue-se a ideia, presente em estudos atuais sobre o ensino de língua, de que defender um estudo não-tradicional da língua não significa banir a gramática, mas usá-la com cautela, como forma de aprimoramento da variante linguística já falada pelos indivíduos. Diante do exposto, cabe mencionar que as diretrizes metodológicas orientam que toda teoria gramatical seja sistematizada e estruturada como apoio para o estudante no processo de escolarização.

4. A TEORIA GERATIVA E SUAS CONCEPÇÕES

Para compreender a essência da gramática gerativa, é importante saber o contexto em que se insere a teoria gerativa da linguagem, desenvolvida pelo filósofo, linguista, sociólogo, entre outros títulos, Avram Noam Chomsky, ou simplesmente Chomsky. O linguista em questão aborda em sua teoria o caráter criativo da linguagem, ou seja, disserta sobre a construção da linguagem (NEGRÃO, 2015).

A teoria proposta por Chomsky (1957) aponta que a linguagem possui característica geradora, de forma que o indivíduo seja capaz de adquirir ao menos uma língua no decorrer de toda a vida, sem qualquer esforço além do qual o indivíduo já nasce capaz de desenvolver. Para Noam Chomsky, o indivíduo já nasce com uma capacidade linguística; a linguagem é intrínseca ao ser humano e, por consequência disso, ela vem antes do idioma, sendo necessário, portanto, apenas a exposição à língua, sem que o indivíduo precise de maiores reflexões formais para desenvolvê-la (NEGRÃO, 2015).

Assim:

No caso da linguagem, deve explicar como um indivíduo, a partir de dados muito limitados, desenvolve um saber extremamente rico: a criança imersa numa comunidade linguística, confronta-se com um conjunto muito limitado de frases, na maioria das vezes imperfeitas, inacabadas, etc.; entretanto, ela chega, num tempo relativamente curto a “construir”, a interiorizar a gramática de sua língua, a desenvolver um saber bastante complexo, e quase não pode ser induzido só dos dados de sua experiência. (CHOMSKY, 2002, p 69).

Chomsky defende que todo falante tem conhecimento intuitivo da própria língua, de maneira que, desde a primeira infância, um bebê antes mesmo de esboçar as primeiras palavras, já entende a língua, por estar inserido em uma comunidade de falantes. Ainda, para o linguista, as possibilidades da fala são infinitas (NEGRÃO, 2015).

Sobre isso, entende-se que:

O gerativismo frisa que a língua não é um produto externo e sim uma capacidade biológica, para isso aponta o fato de toda criança, independente do lugar no mundo em que viva, começar a desenvolver sua capacidade de falar mais ou menos na mesma idade, por volta de um a dois anos de idade, bastando para isso que haja algum contato social com a criança, o qual vai definir o idioma que está vai adquirir (OLIVEIRA e PEREIRA, 2019, p. 3)

Esses aspectos, que apontam explicações sobre a linguagem humana, implicam, no caso, mencionar conceitos de linguagem distintos, como Língua - I, entendida como o sistema interno à mente humana, com propriedades específicas, determinadas pela relação da língua com os demais sistemas cognitivos (NEGRÃO, 2015) e Língua -E, conceito que corresponde, grosso modo, a *idioma*, ou seja, o fenômeno sociocultural, histórico e político, que compreende um código linguístico (Kenedy, 2013). No caso do Brasil, a língua Portuguesa.

Chomsky, ainda, dentro do estudo da linguagem, aponta que os recursos linguísticos são infinitos, criando assim a sua teoria da recursividade. No que se refere à capacidade gerativa da recursividade, é possível notar que o aspecto criativo da linguagem humana traduz-se no uso infinito de meios finitos e discretos, o que implica apontar que o conjunto de sentenças das línguas naturais é infinito. (NEGRÃO, 2015).

Em síntese, as teorias chomskianas negam, em especial, o estruturalismo linguístico e o behaviorismo, tornando-se um grande opositor de Saussure.³

Ainda dentro da teoria chomskiana, é necessário entender o que se aponta como Gramática Universal, da qual se falará na próxima seção.

4.1 A teoria chomskiana e a gramática Universal

³ Ferdinand Saussure define o método estruturalista com base na historicidade da composição linguística. Para o linguista não havia uma historicidade essencial que construiu a linguagem, mas uma série de elementos estruturais básicos elementares a todas as línguas. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/estruturalismo.htm>> Acesso em: 15 de setembro de 2021,

Nesta seção, importa apresentar como os gerativistas compreendem a Gramática Universal – GU.

Pois bem, a GU é vista como o estágio inicial da aquisição da linguagem (KENEDY, 2013), a partir do qual uma criança, imersa numa comunidade falante, adquire a língua dessa comunidade (NEGRÃO, 2015).

Importa observar que a postulação da hipótese explicativa do inatismo leva à postulação da gramática universal, que consiste em explicitar o design biologicamente determinado, ligado, por sua vez, ao desenvolvimento da capacidade humana para a linguagem (NEGRÃO, 2015).

Assim, pode-se apontar que a gramática universal se ocupa da capacidade da linguagem, buscando compreender como acontecem as operações mentais de produzir e compreender a linguagem:

Definamos 'gramática universal' GU com o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo a 'essência da linguagem humana'. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem duma língua deve realizar, se for bem sucedida. O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. Toda linguagem humana deverá submeter-se à GU; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais. (CHOMSKY, 1976, p. 36).

A gramática universal, necessariamente ligada à postulação da hipótese inatista (NEGRÃO, 2015), fundamenta-se numa base cognitiva e numa base biológica.

A base cognitiva está ligada ao que as pessoas são capazes de produzir e compreender sobre as línguas, uma vez que os falantes da língua têm intuições de como formar as sentenças, ou seja, qualquer indivíduo, sabe, de forma intuitiva, as sentenças que são possíveis de serem construídas em seu idioma, assim é possível saber que cada falante tem a sua competência linguística (PACIEVITCH, 2019).

Sobre isso, Chomsky assegura que:

Cada gramática é uma teoria duma determinada língua, especificando propriedades formais e semânticas de um número infinito de frases. Essas frases, cada qual com a sua estrutura própria, constituem a língua gerada pela gramática. As línguas assim

elaboradas são as que podem ser 'aprendidas' de modo usual. A faculdade de linguagem, ao ser estimulada adequadamente, construirá uma gramática; as pessoas conhecem a língua gerada pela gramática construída. Este conhecimento pode ser então usado na compreensão do que se ouve e na produção da fala como expressão do pensamento, dentro das limitações dos princípios interiorizados, de modo adequado às situações, sendo estas concebidas por outras faculdades mentais, livre do controle de estímulos. Problemas relacionados com a capacidade de linguagem e a sua utilização são os que, pelo menos para mim, dão ao estudo técnico da linguagem um interesse intelectual mais vasto (CHOMSKY, 1976, p. 19).

Com a evolução dos estudos linguísticos, Chomsky percebeu que o falante possui não somente a competência linguística, mas também o desempenho linguístico, enquanto aquele está ligado ao conhecimento tácito, este se relaciona ao uso deste conhecimento. A competência linguística está ligada ao conhecimento interno, o conhecimento interiorizado, e o desempenho linguístico é o uso desse conhecimento, o conhecimento exteriorizado (PACIEVITCH, 2019).

A base biológica, como o próprio nome sugere, relaciona-se com a constituição corporal, que permite ao indivíduo produzir e compreender a linguagem.

A hipótese inatista, formulada nos anos 80 sobre as propriedades da Gramática Universal - GU -, assegura que o indivíduo nasce com a capacidade para a linguagem - essa teoria fundamenta-se em dois argumentos: o argumento da pobreza de estímulo e a criatividade linguística (PACIEVITCH, 2019).

Este método permite basear a identidade estrutural profunda entre frases superficialmente diferentes, como acontece com a voz ativa e a voz passiva de uma frase. No nível profundo, a pessoa possui um conhecimento tácito das estruturas fundamentais da gramática, que Chomsky considerou, em grande medida, inato. Baseado na dificuldade de explicar a competência adquirida pelos falantes nativos de determinado idioma a partir da experiência deficitária recebida de seus pais, considerou que a única forma de entender o aprendizado de uma língua era postular uma série de estruturas gramaticais inatas (já nascidas com o indivíduo), as quais seriam comuns, portanto, a toda humanidade (PACIEVITCH, 2019, p. 01).

Nota-se que, de acordo com a teoria gerativista, bem como com a gramática universal, Chomsky defende que a linguagem não seja um artefato que se desenvolve culturalmente. Para o linguista, a cultura da linguagem é algo complexo e especializado, que se desenvolve desde a infância, de forma

que se manifesta no indivíduo ainda criança, sem “esforço consciente ou instrução formal [...], sem que perceba sua lógica subjacente, [...] que difere de capacidades mais gerais de processamento de informações ou de comportamento inteligente” (PINKER, 2002, p. 9).

Para Pinker (2002), a gramática universal proposta por Noam Chomsky seria muito abstrata para ser usada em uma conversa. Segundo o autor, a gramática universal não possui palavras, sons e nem, regras gramaticais, pois trata-se apenas de uma especificação abstrata do que a linguagem se parece.

A gramática universal não é algo para se usar socialmente no ensino da língua, a gramática universal é algo subjetivo de cada falante, pois cada indivíduo herda a cultura linguística de seus antepassados, porém o repasse da linguagem não acontece com exatidão (PINKER, 2002).

A gramática universal é livre de regras e por isso, quando passada de geração em geração, podem ocorrer estruturas que não estão de acordo com a norma padrão da língua (op.cit.).

Ainda sobre o fato de ‘regras’ e ‘normas’ da língua não terem o caráter atemporal, por assim dizer, como se pode observar das considerações de Pinker (2002), a mudança linguística acontece a todo tempo e em qualquer idioma, por exemplo, o português falado nos séculos passados não é o mesmo falado nos dias atuais. Assim, os pequenos eventos na linguagem se sobrepõem ao longo do tempo, até que haja mudanças radicais na língua sem que os falantes percebam. (PINKER, 2002).

Por fim, a Gramática Universal está ligada às propriedades mentais que antecedem as ‘leis’ que estruturam as sentenças, sendo, pois, comum a todos os idiomas. As línguas têm muito em comum, mas as suas similaridades não são óbvias, e, por isso, no estudo da língua e das linguagens, é necessário analisar as estruturas e as estratégias presentes nos diversos idiomas (PINKER, 2002).

5. A GRAMÁTICA GERATIVA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nas últimas décadas, os estudos linguísticos defendem o ensino de língua portuguesa nas escolas baseado nas teorias linguísticas que entendem o ensino-aprendizagem da língua de forma mais dinâmica, no entanto, nem sempre é assim que acontece.

De acordo com a teoria linguística chomskiana, os estudantes são, portanto, nesse processo, seres protagonistas em que sua cultura linguística é valorizada e aceita, uma vez que a língua não é algo que se aprende, mas que é inerente ao ser humano e se desenvolve a partir dos primeiros contatos com o mundo em que se vive. Sobre isso:

Chomsky defende a hipótese da Faculdade Inata de Linguagem. Para ele, à parte exceções, como casos de distúrbios neurológicos, todos os seres humanos têm uma predisposição genética a falar uma língua natural de forma inerente, têm uma Faculdade Inata de Linguagem, um aparato genético alocado no cérebro/mente que marca a diferença fundamental entre a espécie humana e todos os outros seres do planeta. Segundo o linguista, não existe um órgão único responsável pela linguagem, mas uma interligação entre vários setores da mente para que ela se efetue, o que constitui o pressuposto da modularidade (SILVA e PALATI, 2015, p. 49).

O sujeito, ao ingressar pela primeira vez na escola, já possui a sua língua materna, portanto, esta não vai ser aprendida, pois ao ter os primeiros contatos com os pais ou demais integrantes familiares, a criança já está condicionada a desenvolver a sua língua materna (SILVA e PALATI, 2015).

É importante salientar que cada criança tem o seu tempo para desenvolver a linguagem, mas ela será desenvolvida. Logo a primeira escola da criança é o seu lar, como afirma White (2014, p. 12), ao dizer que “é no lar que a educação da criança deve ter início. Ali está a primeira escola dela”. Com isso, é possível afirmar que a linguagem se desenvolve por diferentes vieses.

Sob essa perspectiva, afirma-se que:

A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo. Dizer isso nos lembra Chomsky (pelo menos em parte): a linguagem não é esse sistema de caráter aberto, público, universal, porque se adapta à multiplicidade

das situações comunicativas; ela é um sistema aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação (FRANCHI, 2002, p. 57) .

Estudar a língua em suas diversas facetas requer conhecimento linguístico e, ao se tratar da língua sob a perspectiva chomskiana, é fundamental entender que a teoria inatista do autor defende que todo indivíduo carrega consigo uma gramática inata, ou seja, já nasce biologicamente programado para desenvolver a fala (SILVA e PALATI, 2015).

Silva e Palati (2015) salientam, ainda, que, apesar de o indivíduo, quando criança, ser capaz de desenvolver a linguagem, ele não é capaz de desempenhar grandes conhecimentos intelectuais. Daí a importância de a escola entrar como complemento no desenvolvimento da linguagem a fim de auxiliar o estudante a desenvolver a língua no aspecto social.

5.1. Breve definição sobre a epistemologia gerativa

A principal função da gramática, no que se refere ao ensino com enfoque na tradição gramatical, é regular e orientar o uso da língua, estabelecendo um modelo “correto” da língua em sua modalidade escrita e falada. Existem diferentes obras gramaticais criadas por autores para ajudar o usuário a compreender alguns padrões, normas e estruturas da língua. Nas seções anteriores, foram descritas características das gramáticas normativa e descritiva, e , ainda, apontados aspectos relativos à gramática universal, que complementam o sentido da gramática gerativa de Noam Chomsky.

A gramática gerativa é o objeto de estudo desta pesquisa, portanto esta seção é destinada à apresentação de considerações acerca da teoria chomskiana, em especial no que se refere à faculdade da linguagem.

A gramática gerativa foi criada por Avram Noam Chomsky com contribuições de outros linguistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts no final da década de 1950, como expresso abaixo:

Noam Chomsky (a partir de 1950) postulou uma teoria embasada na cognição humana que ampliou o entendimento sobre a linguagem humana, pois relacionou as articulações mentais e experienciais à linguagem e defendeu a hipótese de que há, em cada ser humano, uma Faculdade Inata de Linguagem, ou seja, a linguagem adquirida por um indivíduo encontra-se pautada em um instinto humano que lhe é inerente, sendo parte da formação de sua espécie (SILVA, 2013, p. 7).

A criação da gramática gerativa por Chomsky se deu a partir da necessidade de o autor discutir aspectos linguísticos como a criatividade do falante em formar e compreender frases; assim, a gramática gerativa está fortemente relacionada à gramática internalizada ou gramática universal, como definida por Chomsky, pois aquela utiliza esta como ferramenta no estudo das regras que o falante já domina (NETO, 2015). Ratificando:

Ao estado inicial da Faculdade de Linguagem é dado o nome de Gramática Universal (doravante, GU), que é, segundo Chomsky (1981), um conjunto de propriedades e condições que constitui o 'estado inicial' do indivíduo que aprende uma língua, ou seja, é a base sobre a qual a língua se desenvolve. Sob essa condição, o indivíduo possui, segundo Chomsky (1981), uma matriz biológica que fornece uma estrutura dentro da qual se dá o crescimento da linguagem. Segundo Chomsky (1981:175), pode-se encarar a GU como o próprio programa genético, ou seja, o que permite as línguas humanas possíveis (SILVA, 2013, p. 7).

A gramática internalizada ou gramática universal consiste no conjunto de regras da língua que o falante já possui, domina e utiliza no seu processo de comunicação. Para Chomsky toda língua possui um processo de entrada e de saída, o que está relacionado à experiência e à aquisição da língua - a esses processos, Chomsky denomina *input* e *output* (SILVA e PILATI, 2015):

Cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos imaginar o estado inicial como um "dispositivo de aquisição de língua" que toma a experiência como um "dado de entrada" (input) e fornece a língua como um "dado de saída" (output) que é internamente representado na mente/cérebro (CHOMSKY, 1970, p. 19).

Observa-se que as crianças, quando do processo de inserção ao meio em que vivem, encontram-se expostas a diversas estruturas linguísticas, fragmentos, misturas, balbucios provenientes do processo de aquisição da linguagem, mas é impossível que elas tenham contato com todas as facetas da língua. Além disso, apesar de a língua ser, na teoria chomskiana, algo inerente ao indivíduo, cada criança recebe um estímulo diferente de acordo com o ambiente linguístico em que está inserida - e por este motivo distinto - a depender do ambiente linguístico a que é exposta (CHOMSKY, 1970).

Para Chomsky (2006), a criança consegue dominar, sem qualquer dificuldade, a sua língua natural, antes mesmo de chegar à escola. As crianças são capazes de usar, compreender e produzir a língua, pois a sua gramática universal utiliza-se de todos os estímulos⁴ possíveis e disponíveis para desenvolver e organizar o sistema linguístico na mente, como descrito abaixo (CHOMSKY, 2006):

[...] a criança, que é exposta normalmente a uma fala precária, fragmentada, cheia de frases truncadas ou incompletas, é capaz de dominar um conjunto complexo de regras ou princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante. (...). Um mecanismo ou dispositivo inato de aquisição da linguagem (...), que elabore hipóteses linguísticas sobre dados linguísticos primários (isto é, a língua a que a criança está exposta), gera uma gramática específica, que é a gramática da língua nativa da criança, de maneira relativamente fácil e com um certo grau de espontaneidade. Isto é, esse mecanismo inato faz “desabrochar” o que “já está lá”, através da projeção, nos dados do ambiente, de um conhecimento linguístico prévio, sintático por natureza (CHOMSKY, 2006, p. 65).

O indivíduo ainda criança é capaz de perceber a teoria de sua língua e suas formas de uso apenas em contato com as experiências linguísticas que compartilha no ambiente familiar em que vive, mesmo que com pouca quantidade de dados da língua. Desta forma, a criança é capaz de produzir enormes variedades de sentenças linguísticas sem conhecer regras de organização da língua. Mesmo que os estímulos linguísticos sejam pobres, a

criança possui capacidade cognitiva para desenvolver a Faculdade da Linguagem, permitindo, assim, a aquisição da língua (SILVA, 2013).

Ainda de acordo com Silva (2013), a criança transforma a gramática internalizada na gramática da sua língua, retirando apenas o que lhe for necessário para usar e aprender a língua. Ao analisar a gramática internalizada, a gramática gerativa vai mais além, aprofundando seus estudos em três diferentes focos: sintaxe, semântica e fonologia.

5.2. Entendendo a sintaxe, semântica e fonologia na gramática gerativa

Nota-se do que já foi exposto até aqui na pesquisa que Chomsky valoriza o aspecto linguístico criativo do falante. Para Chomsky o indivíduo ainda criança é capaz de criar frases nunca ouvidas pelo indivíduo adulto. Nessa perspectiva, a gramática se configura como um processo finito que permite gerar uma infinidade de sentenças gramaticais que obedecem a regras da gramática internalizada (OLIVEIRA e PEREIRA, 2019).

A partir disso, a gramática gerativa analisa a língua sob três diferentes perspectivas: a sintaxe, semântica e fonologia.

[...] a proposta original chomskiana estabelece que a infinidade discreta⁵ é a propriedade basilar das línguas humanas, e tal propriedade emerge do componente sintático da gramática. Esse caráter central atribuído à sintaxe faz com que, algumas vezes, estudiosos não gerativistas interpretem linguística gerativa e Sintaxe Gerativa como termos sinônimos. Entretanto, devemos ter em conta que a linguística gerativa dedica-se também ao estudo dos demais componentes de uma língua – a fonologia, a morfologia, o léxico, a semântica, a pragmática e o discurso, tomados isoladamente ou em interação, inclusive com a sintaxe (OLIVEIRA e PEREIRA, 2019, p. 3).

O principal objetivo da sintaxe é estudar a formação das frases com base no conhecimento que o falante possui, em sua capacidade de formar frases e ainda como ele é capaz de compreender as sentenças. No estudo da semântica, a gramática gerativa busca interpretar as frases, entender como

elas foram estruturadas e qual o sentido delas no contexto em que são produzidas. Já no estudo da fonologia, a gramática gerativa visa compreender o sistema sonoro do idioma e entender como que os sons das palavras podem se organizar dentro da língua do falante (OLIVEIRA e PEREIRA, 2019).

Em síntese, a gramática gerativa estuda a gramática internalizada e amplia seus estudos nessas diferentes áreas do conhecimento linguístico, afirmando que eles se aplicam a todas as línguas naturais, contribuindo assim, os estudos de Chomsky para o conceito de gramática universal.

A sintaxe gerativa busca explicar a estrutura da linguagem, estabelecendo de que forma os elementos se juntam para formar os constituintes (unidades significativas). Esta se constitui de duas partes: uma que define as estruturas fundamentais – a base, e a que permite passar das estruturas profundas, geradas por essa base, para as estruturas de superfície das frases – as transformações. Ou seja, a sintaxe é um mecanismo gerativo no qual se situa as informações pertencentes aos princípios e aos parâmetros, estas que irão reger o processo de construção das estruturas linguísticas (OLIVEIRA e PEREIRA, 2019).

Basicamente a gramática gerativa é, para muitos linguistas, intitulada como a sintaxe, que estuda a formação e sentido das frases em diferentes idiomas, mas que diminui a necessidade do julgamento da gramaticalidade e o seu formalismo. Mas, e na sala de aula como acontece o ensino da língua portuguesa com base na gramática gerativa? A seção que se segue tem como finalidade descrever o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa com base em materiais já publicados a respeito da temática.

5.3 A gramática gerativa na sala de aula

O estudo do gerativismo, como visto anteriormente, tem como objetivo entender, descrever e explicar o funcionamento da linguagem humana; diante disso não tem a intenção de ser uma teoria prescritiva de ensino de nenhum idioma. Mas, apesar disso, os resultados de seus estudos podem refutar a prática de ensino dos professores atuantes em sala de aula, para mediar o

ensino aprendizagem da língua portuguesa de forma a valorizar a cultura linguística do estudante (SILVA, 2013).

Apesar de não ter caráter teórico de ensino, ela contribui significativamente para o ensino da língua, assim defende que a aquisição da Linguagem, em qualquer idioma, acontece natural e espontaneamente, pois se trata de uma propriedade inata à condição humana e, por isso, não há necessidade de instrução formal. Visto isso, a gramática gerativa não é um documento prescritivo de regras e normatizações que devem ser ensinadas ao estudante (SILVA, 2013).

Assim:

[...] aprender uma língua não é apenas conhecer o conjunto de normas linguísticas referentes a ela, mas é também tornar-se sensível às percepções culturais diferentes... e ser capaz de desvendá-la a partir das marcas linguísticas formais. (CASTRO, 1990, p. 66).

O programa gerativo de Chomsky surgiu como oportunidade de repensar as formas de ensino da língua portuguesa em sala de aula, no entanto, apesar de os estudos linguísticos ganharem força nos meios acadêmicos principalmente no campo da psicologia e educação na formação de professores, muitos profissionais ainda insistem em valorizar a gramática tradicional como principal forma de ensino da língua, o que torna angustiante para professores que acreditam na teoria chomskiana como forma de desmistificação do ensino de regras e prescrições linguísticas como verdade única (CRUZ, 2017). Ratificando:

Nós, professores, estamos muito angustiados de perceber que, apesar dos avanços na gramática gerativa, o ensino de gramática nas escolas de primeiro e segundo graus continua sendo nos moldes da gramática tradicional. O professor acha que é necessário “ensinar” gramática nas escolas? Caso afirmativo, como abordá-la de forma que se aproxime do modelo gerativo? (CHOMSKY, 1996: 73-4).

Os estudos de Chomsky apontam que não é possível ensinar algo que o ser humano já carrega consigo, reafirmando, assim, que a sua essência está ligada aos processos da fala e não da escrita. Para Chomsky, a fala é uma aprendizagem biológica e a escrita um aprendizado social. A teoria chomskiana da linguagem, porém, não contempla o ensino da escrita (SILVA, 2013).

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E veremos que esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas. (PERINI, 1996, p. 13).

A perspectiva linguística chomskiana vai contra a tradição do ensino gramatical, pois:

[...] o reconhecimento de que a gramática tradicional é inadequada e não oferece uma descrição coerente do português, nem em sua modalidade culta, seja pelo normativismo abusivo, seja pelas incoerências teóricas e descritivas, seja ainda por sua desatualização, seja, finalmente pela ausência de progressão de sua apresentação na prática pedagógica. (BRITTO, 1997, p. 150-151).

O conhecimento do professor regente em sala de aula sobre os aspectos da gramática gerativa facilitaria o trabalho do docente no sentido de que ele será capaz de reconhecer as propriedades linguísticas que o estudante possui e as que ele ainda aprenderá.

Sendo assim, o professor tem a opção de subsidiar a sua prática de ensino baseado na perspectiva gerativista, o que o levará a ver que o aluno é competente linguisticamente em seu idioma, não sendo, portanto, desprovido de conhecimento. Enfim, o saber linguístico do indivíduo deve ser valorizado, servindo de base para a completude eficiente do aprendizado linguístico (CRUZ, 2017).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a discussão acerca dos estudos linguísticos tem cada vez mais ganhado força no cenário educacional, uma vez que ter a gramática tradicional como base para o ensino de língua portuguesa tende a desvalorizar o saber linguístico adquirido pelo estudante, no processo de aquisição da língua materna.

A teoria chomskiana fundamenta-se na ideia do inatismo e do racionalismo, tendo em vista que se defende a ideia de que a criança já nasce com a capacidade de aquisição da linguagem, isto é, o ser humano possui já nasce capaz de desenvolver-se linguisticamente. A isso, Chomsky intitula como faculdade da linguagem. A aquisição da língua materna é resultado do amadurecimento da criança em seu cotidiano familiar, social e cultural. Para Chomsky (REF) a criança tem sua capacidade cognitiva diretamente ligada com a aquisição da linguagem desde os primeiros anos de vida até a idade de aprendizado escolar.

Ao entender sobre o processo de conhecimento da gramática gerativa em detrimento da gramática tradicional, é importante ressaltar que o presente trabalho de pesquisa mostra que os estudos chomskyanos não têm caráter teórico ou prescritivo, nem se preconiza que os fundamentos da teoria gerativa devem ser ensinados em sala de aula.

Não existe processo de ensino da língua baseado na gramática gerativa, pois o instrumento não é ensinado, ela é desenvolvida por cada indivíduo ainda no seu processo de formação da fala, ou seja, o gerativismo não tem relação com processos escritos, mas relaciona-se diretamente com a fala. Cada indivíduo tem sua própria gramática internalizada e não necessita ser ensinada.

A perspectiva gerativista é avessa ao ensino da gramática tradicional, tendo em vista que o ensino de língua portuguesa tendo como base na tradição gramatical não valoriza o conhecimento linguístico que os alunos trazem consigo. A gramática tradicional preconiza o sistema de regras, valorizando a normatização linguística.

Com base na pergunta da presente pesquisa, sobre a forma como o ensino gerativista contribui para uma nova perspectiva a respeito do ensino de língua portuguesa, pôde-se perceber que os estudos de base gerativista representam uma oportunidade de os professores repensarem a forma de ensinar a gramática em sala de aula, com a possibilidade de valorização do saber linguístico adquirido pelas crianças desde os seus primeiros anos de vida, a depender do ambiente linguístico a que é exposta.

Os conhecimentos básicos da gramática gerativa são úteis para fundamentar a prática pedagógica do professor de língua portuguesa, que passa a ter base para compreender que o desenvolvimento da linguagem acontece de forma involuntária, pelo indivíduo antes mesmo de a criança começar a frequentar a escola (SILVA, 2013).

Espera-se que os professores de língua materna, de posse do conhecimento do gerativismo linguístico de Chomsky, atuem de forma crítica e questionadora, redefinindo a visão de gramática, valorizando as interações discursivas, bem como as intenções das diversas formas de uso da língua materna. “Espera-se que a produção de textos pertinente, cuidando para que não se perca o uso da oralidade; enfim, de trabalhar com as contribuições das linguísticas no ensino de Língua Portuguesa” (CRUZ, 2017).

De posse dos conhecimentos linguísticos, provenientes dos estudos da teoria chomskiana, Silva, 2013, assegura que o professor de língua portuguesa será capaz de ensinar a língua, mas trazendo à luz seus conhecimentos linguísticos a fim de formar cidadãos capazes de compreender e refletir sobre a estrutura da língua que o indivíduo já possui. Todo esse debate revela que o sujeito não necessita de um livro de normas prescritas para aprender o idioma que já utiliza no ambiente em já se encontra inserido.

Sobre a temática apresentada neste trabalho de conclusão de curso, trabalhos de autores contemporâneos podem contribuir para maior compreensão do assunto como, entre outros: **Sintaxe Gerativa**, Eduardo Kenedy (2016); **Linguística gerativa e gramática na educação**, Silva e Pilati (2017) e **Consistência sintática, ambiguidade estrutural e aula de português: o lugar da teoria gramatical no ensino e na formação do professor** de Aquiles Tescari (2017).

Eduardo Kenedy (2016) aborda o estudo da sintaxe sob duas perspectivas: a sua forma normativa tratada nos livros didáticos e gramáticas, bem como a sua relação e influência na língua falada em situações do cotidiano escolar e social, introduzindo a noção de sintagma e, conseqüentemente, simplificando as funções sintáticas, reduzindo-as em: sujeito, predicado complemento e adjunto. Nesses temas, Kenedy, busca demonstrar como a língua se desenvolve sob a perspectiva de Chomsky, demonstrando seu funcionalismo e discutindo as formas de como ensinar a língua de acordo com a proposta escolar, que na maioria das vezes é arcaica e tradicional.

Silva e Pilati (2017) em *Linguística gerativa e gramática na educação* propõe relacionar a teoria gerativistas de Chomsky e suas colaborações para o ensino” de Língua Portuguesa, e refletindo sobre o gerativismo e suas vertentes relacionadas ao ensino do idioma em sala de aula: a forma como se ministra o conteúdo, a análise e eficácia do material didático, entender os conceitos expressos e analisar a prática docente e suas possíveis dificuldades no que se refere ao fato de ensinar a língua materna e a metodologia de ensino adotada.

Para Aquiles Tescari a constituência sintática foi eleita como tópico da teoria sintática, abordada em manuais de Gramática Gerativa, como forma de valorização do processo de ensino da gramática na educação básica, na formação do professor de português. No artigo de Aquiles, a constituência sintática é utilizada no âmbito teórico Gerativa.

Nota-se que o gerativismo contribui para a inovação das práticas pedagógicas, inerentes aos estudos linguísticos, desmistificando as práticas pedagógicas tradicionalistas que não promove a discussão sobre o idioma. têm comprovado o atraso e a ineficiência das metodologias utilizadas na escola.

As obras citadas e descritas acima funcionam como sugestão de leitura, apresentando reflexões sobre o gerativismo e suas principais contribuições nas aulas de língua portuguesa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação, (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1997.

CHOMSKY, Avram Noam. **Linguagem e mente**. Brasília: ed. UNB, 1996.

_____. **Linguística cartesiana: um capítulo na história do pensamento racionalista**. Nova Zelândia: Cybereditions.

_____. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. SP, Edusc (2002).

_____. et alli. **Novas perspectivas linguísticas**. Petrópolis: Vozes, 1970

_____. **Reflexões sobre a Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1976

_____. **Sobre natureza e linguagem**. BELLETTI, A. e RIZZI, L. (Orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CRUZ, Ronald Taveira. A gramática gerativa na escola: o pensar linguisticamente. **Gramática Escolar**. v. 18 n. 2 (2017).

CUNHA, Marleide dos Santos. **O ensino de língua portuguesa na atualidade**. V Colóquio Internacional. São Cristóvão/SE Brasil, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005

_____. Carlos Alberto. **Apontamentos sobre a gramática tradicional**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do Gel**. Número Especial. p. 37-74, 2002

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. KENEDY, Eduardo. Possíveis contribuições da linguística gerativa à formação do professor de língua portuguesa. **Revista de Letras** (UFC), nº 32. p. 1-8, 2013.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**. 7ª Edição. São Paulo: Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Rayane de Souza. MACHADO, Eliane Miranda. **História da língua portuguesa no Brasil: do processo de colonização às variantes linguísticas**. Disponível em: <https://sic.unifesspa.edu.br/images/SIC2019/ORAL/122_RaianedeSouzadonascimento.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A natureza da Linguagem Humana. In. FIORIN, José Luiz. **Linguística? Que é isso?** 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NETO, José Ferrari. **A Gramática Gerativa E O Ensino De Língua Portuguesa**. Volume 10 - Número 2 - jun/jul de 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. 8.ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães. **A educação no Brasil colonial**. A cor da Letras, UEFS, 2004.

OLIVEIRA, Maria Vanessa Soares. PEREIRA, Jocimário Alves. **Teoria Gerativa e a aquisição da linguagem**. CONEDU: 6º Congresso Nacional de educação, 2019.

PACIEVITCH, Thaís. **Noam Chomsky**. 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/noam-chomsky/> Acesso em: 02/10/2021.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos 1974.

PINKER, Steven. **O Instinto da Linguagem**: como a mente cria a linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes. Pinker, S. (1998). Como a mente funciona. São Paulo: Companhia das Letras. Vygotsky, L. (1995). Pensamiento y lenguaje. B

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 21ª reimpressão. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SEEDF. **Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica2**. 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/curriculo-em-movimento-da-educacao-basica-2/>. Acesso em: 07 de setembro de 2021.

SILVA, Talita Gleycilane Mendes. PILATI, Eloisa Nascimento Silva. Linguística Gerativa e Gramática na Educação Básica. **Línguas & Letras, [S. l.]**, v. 18, n. 41, 2015.

SILVA, Junia Lorena. **Contribuições Dos Pressupostos Gerativistas Para A Educação Em Língua Materna**. Brasília: UNB, 2013.

SOARES, Magda. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Luiz Carlos. **Gramática, ensino plural**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

WHITE, Ellen. **Orientação da criança**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2014.